

UM POR TODOS, TODOS POR UM: análise da coprodução em serviços educacionais na Paraíba

GILSON PEREIRA GUIMARÃES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

LETÍCIA BELCHIOR BERNARDES DOS SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

PATRÍCIA TRINDADE CALDAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente artigo foi desenvolvido com o apoio do Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação do Brasil, por meio de uma bolsa de graduação, assim como do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Além disso, o artigo está vinculado ao projeto aprovado no edital nº 010/2021 - FAPESQ/PB - MCTIC/CNPq (Programa de Infraestrutura Para Jovens Pesquisadores / Programa Primeiros Projetos - PPP) termo de Outorga Nº 3219/2021).

UM POR TODOS, TODOS POR UM: análise da coprodução em serviços educacionais na Paraíba

1. INTRODUÇÃO

A participação ativa e democrática dos cidadãos na gestão pública é fundamental para garantir a eficácia e transparência dos serviços públicos (Hue & Tung-Wen Sun, 2022). Essa participação pode ser efetivada de várias formas, dentre elas a coprodução. O termo adentrou no vocabulário da administração pública durante a década de 1970, a partir do conceito desenvolvido por Elinor Ostrom e seus colegas pesquisadores, para explicar o fenômeno da participação cidadã na produção de serviços públicos (Ostrom, 1996). Para Tu (2022), a ênfase dessa prática está no envolvimento conjunto de cidadãos e agentes prestadores do serviço público a fim de alcançar uma maior qualidade e efetividade dos serviços. Isso implica, portanto, em um papel ativo que os próprios usuários desempenham na sua realização.

No campo da educação, a participação dos pais em cuidados infantis e atividades escolares (Andersen & Nielsen, 2016; Andersen et al., 2018), a cooperação dos próprios alunos, professores, ou mesmo do terceiro setor, podem contribuir conjuntamente para garantir serviços educacionais de qualidade. Para McMullin (2023), a coprodução pode resultar em benefícios que aprimoram a democracia, a cidadania ativa e a qualidade dos serviços públicos, tornando-os mais responsivos às necessidades dos usuários, além de valorizar outras formas de conhecimento e compartilhar o poder dos profissionais com os usuários dos serviços.

De acordo com Soares e Farias (2019), a educação pública defronta-se com uma série de desafios, principalmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o que se mostra uma esfera de investigação pertinente, considerando que estudos como o de Pestoff (2006) e Ostrom (1996) dedicaram-se à realidade de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, respectivamente. Apesar de apresentar-se como um campo promissor para a coprodução, a produção científica na área da educação pública ainda é escassa (Soares & Farias, 2019), principalmente no que diz respeito ao cenário nacional.

Nesse sentido, é possível constatar que a escola contemporânea tem sofrido alterações no seu papel, conforme ressaltam Armesto e Bispo (2022), e os avanços tecnológicos, sociais e culturais trazem à tona uma série de desafios para a educação do século XXI. Somado a isso, os inegáveis prejuízos trazidos pela pandemia da Covid-19 para a educação, tornam urgente a necessidade de apresentar contribuições variadas e que integrem o Estado, a família e a comunidade na construção de serviços educacionais mais modernos, eficientes e participativos.

Em vista da conjuntura apresentada, o principal objetivo deste estudo é analisar as ações de coprodução nos serviços públicos de educação em uma escola estadual de ensino médio em Campina Grande-PB. Nesse propósito, a coprodução será analisada em todas as etapas do ciclo de serviço, desde o planejamento até a avaliação dos serviços públicos, investigando ainda a participação dos cidadãos, e os efeitos produzidos para a comunidade. Metodologicamente, optou-se por uma abordagem qualitativa e um estudo de caso que permitiu a coleta de dados sobre a percepção dos participantes da pesquisa, incluindo coprodutores regulares (Gerência Regional de Ensino, gestores escolares e professores), consumidores regulares (alunos e familiares) e outros agentes envolvidos.

O estudo avança na construção de um conhecimento consistente acerca do fenômeno da coprodução na educação e oferece aos formuladores de políticas e gestores, subsídios para identificar e aprimorar práticas que engajem de maneira mais efetiva os alunos e cidadãos. Ainda, auxilia na análise e comparação de casos e experiências, e representa um passo importante para o conhecimento empírico, avaliação dos benefícios e desafios da coprodução, além de proporcionar *insights* sobre a implementação de políticas públicas.

2. COPRODUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A participação mais ativa do cidadão nas políticas públicas é apresentada por Ryan (2012) como uma tendência emergente do século XXI. Bovaird et al. (2021) também observaram que a coprodução tornou-se uma questão altamente relevante na administração pública devido a uma série de estudos recentes (Meijer, 2016; Hall et al., 2020; Cepiku et al., 2021; Zou & Zhao, 2022). Antes mesmo da existência do termo em si, a coprodução já era um fenômeno sabidamente praticado, mesmo que em menor escala, pela sociedade (Brandsen & Honingh, 2016). Além disso, não se trata de um conceito exclusivo do setor público, como muitas vezes se pensa, uma vez que exemplos no setor privado também podem ser observados, como os supermercados de autoatendimento ou mesmo os caixas eletrônicos (Bovaird, 2007).

Desde muito tempo, a integração dos cidadãos nos processos de prestação de serviços públicos foi alvo de debates e, a partir da década de 1970, essas práticas ganharam o nome de coprodução. O termo foi introduzido no vocabulário da administração pública pela economista e ganhadora do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas, Elinor Ostrom, e seus colegas da Universidade de Indiana, nos Estados Unidos (Ostrom, 1996). Na coprodução, desde a formulação do serviço, passando pelas suas fases de implementação e por fim avaliação, é possível que os cidadãos, clientes recebedores daquele bem público, sejam ouvidos, sintam-se representados e tenham uma maior satisfação ao final (Percy, 1978; Parks et al., 1981; Ostrom, 1996; Bovaird, 2007; Sicilia et al., 2016).

Recentemente, nota-se um acentuado crescimento no interesse pela coprodução, verificado por meio de estudos nas mais variadas áreas, como a coprodução nos meios digitais (Edelmann & Mergel, 2021; Scupola & Mergel, 2022); áreas do desenvolvimento rural (Bednarska-Olejniczak et al., 2021); serviços e práticas de saúde (Norton, 2021; Usher & Denis, 2022); procedimentos judiciais (Gomes & Moura, 2018; Rêgo et al., 2019); políticas de segurança (Williams et al., 2016); ou mesmo estudos recentes que dedicam-se a abordar os desafios e limitações da coprodução em diferentes casos (Loeffler & Bovaird, 2020; Amann & Sleigh, 2021; Boddison & Soan, 2022).

No entanto, a popularidade renovada da coprodução pode estar relacionada a momentos de crise fiscal e limitações orçamentárias do Estado, como a que ocorreu nos Estados Unidos na década de 1970 (Nabatchi et al., 2017) e a crise financeira global a partir de 2008 (Gazley et al., 2020). Em ambas, identificam-se apelos de economia de recursos, além do incentivo por formas multiorçamentárias de prestação de serviços. Por outro lado, a coprodução é tida como uma ferramenta eficaz, que contribui para uma gestão multissetorial e participativa, com a finalidade de mitigar o declínio progressivo da cidadania e as crises democráticas (Sicilia et al., 2019). Uma vez bem delineada e implantada, a coprodução pode melhorar o planejamento, destinação de recursos, desenho de projetos, implantação e avaliação dos serviços públicos (Nabatchi et al., 2017; Sicilia et al., 2019).

De acordo com Bovaird e Loeffler (2013), diversos benefícios podem atingir, de modos variados, uma série de atores. Para os usuários, os benefícios estão ligados a serviços públicos de maior qualidade, mais realistas e sustentáveis. No caso dos cidadãos, pode gerar um aumento no capital social e maior garantia sobre a disponibilidade e qualidade dos serviços. No que diz respeito aos funcionários da linha de frente, o autor sugere que a satisfação no trabalho pode aumentar ao lidar com usuários mais satisfeitos. Para os gestores, os benefícios estão relacionados às demandas sobre os serviços, que de certa forma são limitadas, o que torna os serviços mais eficientes. Por fim, no caso dos políticos, pode haver uma menor necessidade de financiamento público, além de garantir serviços mais eficientes e que geram mais votos.

Com o objetivo de justificar a definição conturbada do termo, bem como identificar mais facilmente a coprodução, Nabatchi et al. (2017) desenvolveram uma tipologia resultante em uma matriz 3x4, tendo como base os níveis da coprodução em conjunto com as fases do ciclo do serviço. Para tal, os autores dividiram o termo em duas partes: o lado “co” que diz respeito

aos envolvidos na coprodução (ou os atores que a produzem), e o lado “produção”, relacionado ao ciclo dos serviços.

QUADRO 1

Construção de uma tipologia de coprodução

Coprodução	
“Conceito guarda-chuva que captura uma ampla variedade de atividades que pode ocorrer em qualquer fase do ciclo do serviço público e em que atores estatais e atores leigos trabalham juntos para produzir benefícios” (Nabatchi et al., 2017, p. 769)	
Níveis de coprodução	
Individual	Um ator estatal e um ator leigo trabalham diretamente, de modo que o ator leigo é pessoalmente beneficiado em maior parte.
Gruppal	Um ou mais atores estatais trabalham direta e simultaneamente com um grupo ou categoria de atores leigos, com o intuito de desenvolver interesses comuns.
Coletiva	Um ou mais atores estatais trabalham em conjunto com vários atores leigos para tratar de assuntos de interesse coletivo.
Fases do ciclo do serviço	
Co-comissionamento	Fase prospectiva, que descreve um conjunto de atividades estratégicas e que objetivam identificar e priorizar serviços públicos, definir o que deve ser entregue e determinar quais resultados devem ser alcançados.
Co-design	Pode ser implementado de forma prospectiva ou simultânea. Consiste em atividades que permitam que a experiência dos usuários-beneficiários possa contribuir para aprimorar o entendimento dos atores estatais acerca da maneira mais eficaz de se desenhar serviços capazes de atender às necessidades da população.
Co-entrega	A co-entrega ocorre quando há atividades conjuntas entre os atores estatais, os usuários e outros agentes envolvidos, que trabalham em conjunto para fornecer diretamente serviços públicos ou melhorá-los, simultaneamente à prestação dos serviços.
Co-avaliação	Fase retrospectiva, mas seus resultados podem ser usados para melhorar os serviços públicos no futuro. A co-avaliação, envolve tanto atores governamentais e usuários-beneficiários na avaliação da qualidade dos serviços públicos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Diante dos três níveis de coprodução e das quatro fases do ciclo do serviço citados no Quadro 1, os autores conseguiram construir uma tipologia de coprodução com exemplos de cada uma delas a partir de situações cotidianas e fáceis de serem assimiladas. Essa tipologia traz diversas contribuições para a pesquisa e prática científicas, permitindo descrever e explicar as mais diversas graduações nas quais a coprodução pode se encaixar. A tipologia facilita também a identificação da coprodução, além da comparação de casos específicos e experiências, a fim de construir uma produção científica mais sólida.

2.1. Coprodução nos serviços educacionais

As esferas nas quais a coprodução pode ocorrer no setor público são claramente muito variadas. Dentre estas inúmeras realidades, destaca-se a educação. Isto ocorre pelo fato de que a prestação de serviços educacionais apresenta uma condição intrinsecamente colaborativa em sua natureza, necessitando da cooperação dos próprios alunos, clientes diretos e recebedores do serviço, bem como de outros atores envolvidos direta ou indiretamente no processo de ensino-aprendizagem, como afirma Pestoff (2006).

Na visão de Islahi e Nasrin (2022), o papel de outras organizações e atores da sociedade é importante no sentido de promover a educação não-formal. Tal modalidade expressa-se no processo de socialização e no compartilhamento de experiências do cotidiano. Assim, a educação não-formal caracteriza-se por desenvolver espaços de ensino sobre direitos, democracia, contra discriminações e a favor da manifestação das diferenças culturais presentes em cada região, por exemplo. Com essa finalidade, pode-se promover palestras através de

órgãos governamentais ou não, propiciar a formação de conselhos, incentivar a atuação de representantes da sociedade civil, movimentos sociais, entre outros meios.

Com o objetivo de identificar a coprodução, o estudo de Ostrom (1996) dedicou-se a analisar o caso da educação básica na Nigéria, que atestou resultados insatisfatórios devido a uma série de interferências do governo. A autora observou que o Estado, ao enfrentar momentos de crescimento e crise econômica, interferia sistematicamente nas políticas públicas de educação de modo a centralizá-las ou descentralizá-las. A conclusão foi de que a participação das famílias de alunos perdia força com a instabilidade da administração estatal.

Ao estudar a participação dos pais em cuidados infantis de oito países da Europa, Pestoff (2012) constatou que existem quatro diferentes tipos de contribuições familiares possíveis nos serviços escolares: 1) econômica, que envolve contribuições em dinheiro, doações, ou tempo dos pais; 2) política, está relacionada a meios representativos, participação em conselhos, votações ou decisões; 3) específica do serviço, caracterizada principalmente pelo acompanhamento nas atividades e no processo de ensino em si; e 4) social, observada na participação e promoção de eventos, comemorações, momentos culturais, e ações sociais. O autor também conclui que a coprodução ainda compreende um desafio para as instituições públicas e privadas de ensino.

No âmbito nacional, o estudo de Alves et al. (2013) apresenta-se de forma muito relevante no que diz respeito à participação familiar, mesmo que não contenha explicitamente o termo coprodução. Soares e Farias (2019), por sua vez, descrevem uma nova forma de coprodução, não identificada nos estudos de Ostrom (1996) e Pestoff (2006). Trata-se de uma coprodução de suporte básico, na qual as famílias propiciam os cuidados necessários a fim de garantir o pleno aprendizado dos estudantes, como saúde e nutrição.

É importante ressaltar também que, Pestoff (2012) identificou a existência de diferentes níveis de envolvimento dos cidadãos que estariam relacionados com a facilidade de envolvimento e a motivação para participar da coprodução dos serviços sociais.

QUADRO 2

Envolvimento dos cidadãos nos serviços sociais: prestadores de serviços e relevância

Prestador de serviços/Relevância	Não participativo	Participativo
Maior	Consumidor ativo	Coprodutor ativo
Menor	Cliente passivo	Participante <i>ad hoc</i>

Fonte: Pestoff (2010).

O autor destaca que esta motivação está associada muitas vezes à relevância que o serviço tem para o indivíduo, seus familiares, entes queridos e amigos. A associação dessas duas variáveis possibilita a identificação de dois tipos de prestadores de serviços: os participativos e não participativos, além de diferentes tipos de clientes, que variam desde clientes passivos a coprodutores ativos.

3. METODOLOGIA

Considerando o objetivo deste estudo, foi utilizada uma abordagem qualitativa para a coleta de dados a fim de explorar a percepção de vários atores em diferentes etapas do ciclo dos serviços educacionais de uma escola estadual de ensino médio em Campina Grande-PB. Segundo Cervo e Bervian (2002), a pesquisa qualitativa é bastante utilizada nas ciências humanas e sociais, manuseando dados e fatos coletados da própria realidade. Trata-se também de uma pesquisa de natureza exploratória/descritiva que se dedica a obter mais informações sobre o tema referido, da mesma forma que visa descrever e identificar os efeitos produzidos na sociedade.

A pesquisa é de cunho teórico/empírico, o que requer uma extensa interação entre pessoas (Remenyi et al., 1998). A escolha do estudo de caso deve-se sobretudo à possibilidade de explorar mais a fundo a relação entre escola e comunidade e as múltiplas variáveis na compreensão do fenômeno. Optou-se por uma escola estadual na modalidade de ensino regular da cidade de Campina Grande, na qual os alunos permanecem apenas um dos turnos na escola. A escola está localizada em uma região central da cidade, e foi escolhida pela autorização prévia de acessibilidade a dados e atores.

São sujeitos da pesquisa os chamados “coprodutores regulares” – profissionais responsáveis pela prestação dos serviços – como a Gerência Regional de Ensino (subdivisão da Secretaria Estadual de Educação, codificada como GR) da qual a cidade de Campina Grande faz parte; o(a) gestor(a) escolar (GE) e professores (P₁...P₄). Além destes, identifica-se os chamados “consumidores regulares” – usuários dos bens e serviços públicos – que no caso deste estudo são especialmente os alunos (A₁... A₇) e suas famílias (Pais ou Responsáveis, identificados como R₁... R₆). Há também um esforço especial para identificar outros agentes interessados (demais cidadãos, comunidade e instituições como ONGs, por exemplo), que constituem um processo de integração entre a escola e a comunidade no sentido de garantir um processo educacional pleno.

Também utilizou-se a coleta de dados secundários a partir da pesquisa documental para identificar as principais características do campo de estudo, tais como o funcionamento do sistema educacional do estado da Paraíba e das escolas. Também foram pesquisados acordos, leis e regulamentos relacionados à educação, e o funcionamento de alguns conselhos, fóruns e outros órgãos responsáveis pela educação no estado, além de outros dados de acesso e de domínio público. Outrossim, essa etapa foi essencial para o acesso à relação de escolas, seus contatos e localizações, a fim de que fosse possível realizar as entrevistas.

Para obtenção dos dados primários foi utilizada a observação direta e indireta além de entrevistas semiestruturadas realizadas também com a criação de 2 grupos focais: um de alunos, e outro com os professores, este realizado de forma síncrona através de uma ferramenta de reuniões online. Os pais foram consultados por meio de um formulário disponibilizado online. O roteiro de entrevistas e o questionário foi construído conjuntamente com membros de um grupo de estudo sobre Coprodução (*identificação oculta para avaliação às cegas*), embasadas nas categorias de análise expostas no Quadro 3.

QUADRO 3

Categorias de Análise

Dimensões	Categorias	Autores
1. Tipos de Coprodução por fase do ciclo de serviços	1.1 Co-Comissionamento; 1.2 Co-Design; 1.3 Co-Entrega 1.4 Co-Avaliação	Nabatchi et al. (2017)
2. Nível de Coprodução	2.1 Individual 2.2 Grupal 2.3 Coletivo	Nabatchi et al. (2017)
3. Tipos de Participação	3.1 Econômica 3.2 Política 3.3 Social 3.4 Específica do serviço 3.5 Suporte básico	Pestoff (2012); Soares e Farias (2019)
4. Beneficiários	4.1 Para os usuários; 4.2 Para os cidadãos 4.3 Para os funcionários 4.4 Para gestores 4.5 Para políticos	Bovaird & Loeffler (2013)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Para a organização, tratamento e análise dos dados, utilizou-se a estratégia de triangulação dos dados e análise de conteúdo. Com relação aos dados primários estes não identificaram os respondentes individualmente e foram analisados de forma agregada, permitindo a confrontação de discursos e análise geral do material obtido.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, serão identificadas as formas de coprodução presentes nas falas dos entrevistados, em seguida a tipificação das mesmas, seguindo as categorias propostas por Pestoff (2012) para o ambiente educacional, a saber: econômica, política, social e específica do serviço. Além disso, foi considerada a participação de suporte básico, característica presente em países emergentes como o Brasil, conforme identificado por Soares e Farias (2019). Posteriormente, realizou-se uma análise acerca do nível de envolvimento efetivo dos cidadãos nas formas de coprodução identificadas e dos benefícios trazidos por essa prática para os diferentes atores envolvidos.

4.1. Coprodução nas fases do ciclo do serviço

4.1.1. Fase de co-comissionamento

As entrevistas com a gerência regional e gestão escolar foram importantes para a identificação do co-comissionamento. O entrevistado GR relatou formas de atuação da gerência com as escolas e com os demais cidadãos através de mecanismos de priorização orçamentária dos recursos destinados à escola. Os chamados “orçamentos democráticos” ocorrem em todas as escolas do estado e têm o objetivo de ouvir os anseios da comunidade. Essa prática representa uma forma clássica de coprodução e tem sido tema de estudos recentes, como Azevedo et al. (2022), Bittle (2022), Manes-Rossi et al. (2021) e Martínez & Valverde-Viesca (2022).

Segundo GR, “*Existe o orçamento democrático estadual, que é amplo para todo o estado, cada gerência tem o seu e existe o orçamento democrático escolar [...]*”. As ações do orçamento democrático foram reconhecidas com relevância tanto pela gestão da escola quanto pelos professores e alunos entrevistados. P₃ destaca que o orçamento democrático é “[...] *aberto para toda a comunidade, os professores, alunos, o conselho... chamam todos. Os líderes das turmas... para preferencialmente eles estarem presentes. Antes eles passam conhecimento do que é, como é o processo, o que pode...*”. Por outro lado, o aluno A₁ cita que não vê resultados concretos do orçamento no dia-a-dia da escola.

Uma outra prática identificada nessa fase é o próprio conselho escolar, pré-requisito para o funcionamento de todas as escolas do estado, formado por gestores, professores, alunos, representantes dos pais e da sociedade civil. De acordo com GR:

[...] Tem o presidente do conselho e o gestor, são os dois que fazem a movimentação financeira dos recursos: gestor e presidente do conselho, que é geralmente um professor. Porém, todo o conselho toma as decisões. E decisões que não apenas financeiras, mas qualquer decisão administrativa, pedagógica da escola, o conselho deve ser atuante.

Ainda na fase de co-comissionamento, é importante destacar a fala de GE sobre o debate da volta aos trabalhos presenciais com a comunidade de pais e alunos para verificar a viabilidade de volta às aulas após a pandemia da Covid-19: “*Foi feito todo um levantamento de quem tinha comorbidades, quem não tinha... a princípio voltou apenas quem estava liberado, inclusive alunos também*” (GE).

4.1.2. Fase de co-design

Nesta fase, pode-se destacar o papel do conselho escolar, que não apenas desempenha funções relacionadas à destinação e execução orçamentária, mas também envolve membros da

comunidade, pais e alunos em processos colaborativos para definir as melhores práticas e atividades a serem desenvolvidas na escola. Como forma de assegurar que os serviços sejam desenhados conjuntamente com seus usuários, a direção da escola mantém um canal de comunicação aberto com alunos e professores, com o intuito de receber sugestões e aprimorar os serviços oferecidos.

Nesse sentido, cada turma conta com alunos líderes, que atuam junto à direção em diferentes questões de interesse dos estudantes, representando seus colegas e levando suas demandas e reivindicações. No entanto, é possível observar que a atuação desses líderes junto à direção é muitas vezes mais burocrática ou simbólica do que efetivamente produtiva, gerando poucos resultados concretos.

Outro aspecto observado é a organização de eventos e atividades complementares na escola. Foi possível constatar que tanto a gestão quanto os professores e alunos estão envolvidos no planejamento e na organização desses eventos, visando à integração e complementação da formação dos estudantes. Os alunos A₁ e A₄ revelaram ajudar na ornamentação e outras atividades da gincana escolar na qual cada equipe fica responsável por alguma atividade. Já A₅, diz que *“no São João também teve que ornamentar e ganhamos pontos”*. Essa afirmação pode sugerir que a participação nos eventos é incentivada através de recompensas na qual os que não participam são de certa forma prejudicados, ou mesmo que se trata de algo obrigatório. Além disso, os professores relatam que há abertura em relação à participação e sugestões dos alunos para aulas e outras atividades relacionadas aos métodos de ensino. Segundo P₁ os alunos *“são sempre participativos, gostam de participar, se envolvem”*, já A₂ ressalta que a abertura varia de acordo com o professor.

4.1.3. Fase de co-entrega

Na escola estudada, observa-se a presença de parcerias com membros do poder público, universidades públicas e privadas, psicólogos, e outros membros voluntários que realizam palestras, aulas de dança e outras atividades complementares ao ensino. A respeito disso, o entrevistado GR apontou que *“existem parcerias que as escolas podem buscar para contribuir com a escola. [...] Existe inclusive um termo para oficializar e firmar essa parceria”*. O entrevistado P₂ relata uma dessas parcerias que aconteceram na escola em forma de palestra: *“Recentemente tivemos duas palestras com relação à consciência negra, que estava agora no mês de novembro, que era o mês da consciência negra”*.

O professor P₄ narra que havia um projeto na escola chamado *“Transformar Amar”*, feito através da atuação de uma psicóloga voluntária e que *“Com essa ansiedade que a pandemia deixou, a ansiedade de fazer o Enem, a ansiedade de terminar um ciclo e não saber o que é que vai fazer de agora em diante... e aí foi maravilhoso”*. O educador destaca, porém, que essas atividades são muito centralizadas no terceiro ano e que seria interessante estendê-las para as demais séries.

O aluno A₂ explicou outras atividades similares como *“[...] um grupo da Unifacisa que veio para falar sobre educação sexual. Só para o 3º ano também. E o da UFCG foi um grupo de psicólogos que foi dentro da sala e fizeram uma brincadeira”*. Ademais, na escola em estudo, os professores colaboram com os alunos na execução de projetos sociais, eventos e outras iniciativas, com o propósito de promover o desenvolvimento de habilidades como liderança, trabalho manual, organização, solidariedade, cultura e cidadania. Conforme relata o professor P₄:

Antes da pandemia teve uma tarefa da gincana muito interessante que era para eles [os alunos] visitarem abrigos de idosos e fazerem um dia divertido. De contar história, de levar música pra eles... Infelizmente esse ano não foi possível porque os abrigos proibiram visita por causa da pandemia, por causa da Covid-19, mas foi muito interessante.

Por outro lado, sobre os projetos em questão, P₃ aponta que *“eles exigem tempo, planejamento, continuidade, recurso financeiro que às vezes a gente não tem, e aí acaba só acumulando mais trabalho ainda pro professor que tem um conteúdo enorme para ministrar”*. Nesse sentido, nota-se uma carência de pessoal dedicado a coordenar esses projetos, uma vez que as escolas, em geral, dispõem de poucos profissionais para auxiliar os professores e alunos nessas atividades. Essa escassez pode prejudicar a qualidade e efetividade dos projetos, uma vez que os professores e alunos enfrentam dificuldades em implementá-los sem o apoio adequado.

A atuação de uma moradora vizinha à escola como observadora, que informa a gestão da escola sobre atividades suspeitas em períodos de não funcionamento, também é uma prática importante de co-entrega, contribuindo para a segurança dos estudantes e da comunidade escolar. De acordo com o relato de P₄, *“Qualquer coisa, qualquer barulho extra que tenha na escola ela avisa à Diretora e à vice-diretora. Qualquer coisa ela está ali como um olheiro”*.

Por último, destaca-se a iniciativa de um comerciante autônomo que trabalha em frente à escola, que se ofereceu para consertar um cano entupido no banheiro feminino da escola. O aluno A₁ relata a atuação do cidadão que fica numa barraquinha de vendas na frente da escola: *“Tinha entupido o banheiro das meninas, aí ele teve que estourar um cano pra desentupir e ficou o maior buraco ali. Ficou até mau cheiro quando estava aberto lá, mas foi ele que abriu e tapou de novo”*. Tal ação evidencia a participação ativa da sociedade na manutenção da escola e práticas colaborativas para melhorar a educação, promover cidadania e integração entre escola e comunidade.

4.1.4. Fase de co-avaliação

Nesta fase, constatou-se que os estudantes de cada município têm a possibilidade de avaliar se desejam determinado curso ou disciplina, o que segundo a gerência regional de ensino é encaminhado à secretaria estadual de educação para análise da situação. Na escola em particular, os alunos mantêm um canal direto de comunicação com a gestão da escola, podendo avaliar a rotina e outros eventos escolares, além de sugerir pontos de melhoria. Há que se salientar que, apesar de poderem estar em contato direto com a diretora, segundo A₃ há uma certa ineficiência: *“a diretora manda a gente falar com os professores, aí se não resolver com os professores, nada é feito”* e de acordo com A₅ *“geralmente o professor não resolve nada”*. A diretora da escola deve ser proativa na mediação de conflitos e na busca de soluções satisfatórias para todas as partes envolvidas, a fim de promover uma relação de coprodução efetiva com os alunos.

Em relação aos pais, foi identificado que eles mantêm um canal direto com a gestão ao tratar de pontos de melhoria e críticas, bem como participam de plantões pedagógicos com os professores para avaliar as notas e outros indicadores de desempenho dos filhos. De acordo com R₂, a participação na vida escolar de seu filho ocorre *“Acompanhando reuniões de pais e educadores e compartilhando conhecimento com ele”*. Para P₄, a pandemia afastou ainda mais a participação dos pais e a principal justificativa apresentada para o não comparecimento é o expediente de trabalho. Já o professor P₂ relata que, no plantão pedagógico, *“Para uma escola que, pela manhã, tem de 150 a 180 alunos, acho que não vão nem 50. No plantão pedagógico acho que nem 50 pais vão”*. A baixa participação dos pais pode afetar negativamente o desempenho acadêmico dos alunos, uma vez que os pais são fundamentais para o estímulo e o acompanhamento do processo educacional de seus filhos.

É importante destacar que os alunos também têm a oportunidade de opinar sobre os métodos de ensino dos professores e, dessa forma, contribuir para a melhoria dos serviços educacionais. O professor P₃ avalia que esse processo na realidade *“varia de turma para turma, tem turmas que são muito participativas, outras quase nada. [...] Não é uma coisa homogênea*

entre as turmas, não”. Em suma, a co-avaliação é uma etapa fundamental do ciclo de serviço que permite a participação ativa dos usuários na avaliação da qualidade dos serviços públicos e na identificação de possíveis melhorias.

Após a identificação da coprodução em cada etapa, tornou-se necessário verificar em qual nível essa coprodução se enquadra. No nível individual, um ator estatal colabora diretamente com um ator leigo; no nível grupal, um ou mais atores estatais trabalham com um grupo específico de atores leigos; e no nível coletivo, um ou mais atores estatais trabalham com diversos atores leigos para abordar questões relacionadas. Após essa classificação, foi possível criar uma matriz 3x4 para a escola em estudo, que combinou as fases e os níveis de coprodução identificados.

QUADRO 4

Uma tipologia da coprodução identificada na escola em estudo

		Fase do ciclo do serviço			
		Co-comissionamento	Co-design	Co-entrega	Co-avaliação
Nível de Coprodução	Individual	- Não identificado.	- Não identificado.	- Cidadão conserta um cano entupido no banheiro feminino da escola. - Moradora vizinha à escola atua como observadora e informa sobre atividades suspeitas.	- Cada responsável mantém um canal direto com a gestão, bem como participam de plantões pedagógicos com os professores para avaliar notas e outros indicadores de desempenho dos filhos.
	Grupal	- A gestão trabalha junto com os alunos e a comunidade escolar para definir as prioridades da escola através do orçamento democrático. - O conselho escolar, composto por representantes da administração, dos professores, dos alunos, dos pais e da comunidade, trabalha em conjunto para propor soluções e tomar decisões importantes. - Os professores e alunos são consultados para avaliar se existem condições seguras para o retorno das aulas presenciais durante a pandemia da Covid-19.	- Alunos participam junto à escola no planejamento e organização de eventos didáticos e culturais. - Cada turma conta com alunos líderes que atuam junto à direção em diferentes questões de interesse dos demais. - Alunos se envolvem e trabalham em conjunto com os professores, sugerindo novos métodos de ensino e propondo novas didáticas.	- Membros do poder público, universidades, psicólogos, e outros voluntários realizam palestras, aulas de dança e outras atividades complementares ao ensino.	- Os alunos possuem um canal direto com a gestão para avaliar o dia-a-dia da escola e outros eventos, além de sugerir pontos de melhoria no método de ensino dos professores.

	Coletiva	- Não identificado.	- Não identificado.	Alunos e professores trabalham juntos para realizar eventos didáticos e ações sociais para a comunidade carente e idosos.	- Não identificado.
--	-----------------	---------------------	---------------------	---	---------------------

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Diante disso, nota-se que o nível coletivo apresenta uma baixa presença de exemplos de coprodução, o que aponta para a necessidade da escola construir um ambiente que possibilite transbordar os benefícios gerados para os usuários do serviço em direção à comunidade. Além disso, não foi possível identificar a coprodução individualmente nas fases de co-comissionamento e co-design. Observa-se também que a atuação dos alunos junto aos professores, por meio de sugestões de didática e formas de ensino, é fraca e pontual e varia muito de professor para professor.

4.2. Formas de coprodução na educação

Com base nas ações de coprodução categorizadas, esta pesquisa identificou todas as formas de coprodução por familiares descritas por Pestoff (2012), que incluem a participação econômica, política, social e específica do serviço. A análise considerou não apenas os usuários do serviço - os alunos e seus familiares, mas também outros atores envolvidos no serviço educacional, juntamente com atores estatais. A participação econômica foi identificada quando um comerciante que trabalha em frente à escola ofereceu-se para consertar um cano entupido no banheiro feminino.

No que se refere à participação política, é possível destacar que a gestão tem implementado consultas aos pais, alunos e professores diante de decisões importantes que afetarão a comunidade escolar. A respeito disso, diante do contexto pós-pandêmico, o entrevistado GE afirmou sobre a decisão de volta às aulas presenciais: "*Foi feito todo um levantamento de quem tinha comorbidade, quem não tinha... a princípio voltou apenas quem tava liberado, inclusive alunos também. O uso da máscara foi obrigatório, todos nós usamos, aí depois é que liberou.*". Ademais, é válido ressaltar que os alunos possuem representantes no conselho escolar além de cada turma possuir líderes e vice-líderes, responsáveis por questões específicas de cada turma.

No que diz respeito à participação específica do serviço, destaca-se que os professores se reúnem com a direção para planejar projetos, eventos e outras atividades durante o ano letivo, e alguns alunos também participam dessas reuniões. No entanto, observou-se uma baixa participação dos pais no acompanhamento e envolvimento pedagógico das atividades escolares. Para tal compreensão, levou-se em consideração a fala do aluno A₆ que denota preocupação por parte dos pais, no entanto, deixa de lado uma colaboração mais ativa e efetiva: "*Mas assim, em relação à preocupação eles sempre perguntam onde é que vai, onde vai ser... mas em relação aos estudos não, aí é você que se vire e não faz mais que a sua obrigação*". Outrossim, os alunos possuem abertura junto a alguns professores para propor metodologias de ensino e didática, promovendo assim uma relação mais democrática e participativa no processo de ensino-aprendizagem. Também foi possível observar que membros do poder público, universidades públicas e privadas, membros autônomos da sociedade (psicólogo, professora de dança, etc.) se envolvem para complementar a formação educacional dos alunos, oferecendo palestras sobre diversos temas.

Quanto à participação social na escola em estudo, verificou-se que tanto os professores quanto os alunos têm atuado em prol da comunidade, promovendo eventos e atividades que contribuem para ações caritativas na cidade. Os professores têm um papel importante na

promoção de eventos com o objetivo de arrecadar recursos e doações para instituições de caridade, além de desenvolver ações de conscientização sobre temas relevantes para a sociedade. Já os alunos contribuem com a comunidade através da arrecadação de alimentos, roupas e outros itens, bem como por meio da escuta e auxílio aos idosos, por exemplo.

QUADRO 5

Relação de categorias e exemplos observados de formas de coprodução da educação pública

	Categorias				
	Econômica	Política	Específica do serviço	Social	Suporte básico
Exemplos observados	- Comerciante autônomo que trabalha em frente à escola conserta um cano entupido no banheiro feminino da escola.	- A gestão realiza consultas aos pais, alunos e professores diante de decisões importantes. - Os alunos são representados por meio de líder e vice-líder de cada turma que se comunicam diretamente com a gestão da escola.	- Os alunos opinam junto a alguns professores sobre metodologia de ensino e didática. - Profissionais, psicólogos, e outros indivíduos realizam palestras, aulas de dança, e outras atividades voluntárias com os alunos a fim de complementar seu ensino. - Os pais ajudam os filhos sempre que possível nas atividades escolares.	- Os professores atuam junto aos alunos na promoção de eventos que contribuem para ações caritativas na cidade.	- Os pais relatam que podem propiciar aos filhos o suporte básico para o pleno exercício do processo educacional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Soares e Farias (2019) identificaram ainda uma outra forma de participação na escola, a qual consiste no suporte que os pais oferecem aos filhos no processo educacional. Para reconhecer essa forma de participação, foi incluída uma pergunta no instrumento de coleta de dados, tanto para os pais quanto para os alunos. Os resultados indicaram que os pais relatam oferecer aos filhos o suporte básico para o pleno exercício do processo educacional, enquanto que os alunos relatam receber dos pais esse mesmo suporte. O suporte oferecido pelos pais pode incluir desde alimentação básica, transporte até a escola, orientação nas tarefas escolares até a participação em atividades extracurriculares e a construção de um ambiente familiar propício ao aprendizado.

4.3. Nível de envolvimento dos cidadãos

Ao analisar a coprodução identificada à luz de Pestoff (2012), foi possível observar que todos os provedores de serviços públicos entrevistados possuem um grau de abertura variado na promoção da participação dos cidadãos. No entanto, a gerência regional, caracterizada como gestor de topo no estudo, apresentou uma abertura muito limitada para a participação de pais, alunos e membros da comunidade. Entre as ações que podem ser destacadas nesse sentido, estão o orçamento democrático regional, que reúne as escolas da 3ª região de ensino para definir ações prioritárias do orçamento e a possibilidade dos estudantes de cada município avaliarem se desejam determinado curso ou disciplina, encaminhando o pedido para análise da secretaria estadual de educação.

Ao se analisar a coprodução no âmbito escolar, é possível perceber que diferentes atores participam ativamente do processo educacional, incluindo gestores escolares, professores, alunos, pais e membros da comunidade. Nesse contexto, a gestora escolar se destaca por

apresentar uma maior abertura para ouvir as diferentes partes interessadas, o que contribui para a criação de um ambiente mais participativo. É importante destacar que, nesse ambiente, os alunos assumem um papel de produtores ativos, uma vez que têm a possibilidade de participar efetivamente do processo educacional e contribuir para a construção do conhecimento.

Os professores, por sua vez, desempenham um papel fundamental na transmissão de conhecimentos e habilidades aos alunos, mas ainda possuem certa limitação em relação à participação deles em algumas decisões educacionais. No entanto, o próprio processo de ensino-aprendizagem é, em si mesmo, uma relação participativa, tornando os alunos participantes *ad hoc* nessa relação. Além disso, outros membros da sociedade e instituições que participam no ambiente escolar, tais como empresas, organizações comunitárias e grupos de voluntários, também desempenham um papel de coprodutores ativos na construção do processo educacional.

4.4. Benefícios percebidos da coprodução na educação

A abordagem de Bovaird & Loeffler (2013) destaca os benefícios da coprodução para diferentes atores envolvidos. Com base nas entrevistas realizadas, foi observado que o envolvimento e a participação colaborativa dos servidores e usuários do sistema educacional permitem que os cidadãos contribuam com suas habilidades e conhecimentos, auxiliando na prestação dos serviços ofertados. Isso resulta na construção do senso de utilidade do indivíduo na sociedade, promovendo satisfação pessoal e coletiva. Além disso, a coprodução possibilita que os provedores de serviços educacionais sejam mais responsáveis e atentos às necessidades e expectativas dos usuários.

Desse modo, mediante a pesquisa realizada, foi possível identificar que:

QUADRO 6

Benefícios da coprodução na educação pública sob a ótica do caso em estudo

Grupos envolvidos	Benefícios observados	Exemplos de atividades
Políticos e Gestores de topo	Abordagem mais eficiente e eficaz na alocação de recursos educacionais e no desenvolvimento de políticas educacionais	- Estabelecimento de parcerias com instituições educacionais e outras organizações - Abertura democrática para a participação da comunidade escolar
Funcionários de linha de frente (professores e outros atores envolvidos)	Melhoria da satisfação e motivação no trabalho, maior significado e valorização às tarefas realizadas	- Trabalho em conjunto com os alunos e pais para desenvolver currículos e atividades escolares - Envolvimento de alunos em atividades extracurriculares e de voluntariado
Cidadãos e Usuários (alunos e pais)	Maior voz e influência no processo educacional, atendimento às expectativas dos usuários, sensação de pertencimento e comunidade, e melhoria da experiência educacional geral	- Participação ativa em reuniões e fóruns educacionais, avaliação e <i>feedback</i> sobre atividades escolares - Envolvimento em projetos sociais e de melhoria da escola

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Tal transformação, na ótica dos profissionais da educação, advém dos eventos promovidos, que fornecem uma experiência inovadora, ao que o professor P₄ afirma: “*Então esses projetos da escola eu acho que todos eles têm um ponto positivo de transformação*”. O entrevistado P₂ expõe que as ações de coprodução promovem maior interação entre os alunos, bem como desenvolvimento de habilidades filantrópicas e de liderança. Em resumo, a coprodução na educação pode ser uma abordagem valiosa e benéfica para todos os envolvidos.

Ao incentivar a colaboração e a responsabilidade mútua entre provedores de serviços educacionais e usuários do serviço, pode-se alcançar uma educação de melhor qualidade e mais adaptada às necessidades da comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo identificar ações de coprodução por meio de uma abordagem qualitativa de estudo de caso, tendo como foco uma escola estadual de ensino médio da cidade de Campina Grande, na Paraíba. Os resultados apontam que os alunos têm participado na organização e realização de eventos estudantis que visam promover benefícios tanto internos quanto externos à escola. Além disso, os alunos possuem um canal aberto de comunicação com a gestão escolar, no qual podem apresentar críticas e sugestões de melhoria, participam do orçamento democrático escolar e do conselho estudantil.

Porém, há limitações em relação à efetiva participação e engajamento dos alunos. Por exemplo, o fato de que os eventos contam pontos para as matérias pode sugerir que a participação não é voluntária, mas sim uma obrigação. Além disso, a simples existência de um canal aberto de comunicação não configura uma prática de coprodução se os alunos não forem efetivamente ouvidos e levados em conta nas decisões escolares. De acordo com a matriz 3x4 proposta por Nabatchi et al. (2017), a participação dos alunos abrange as várias fases do ciclo de serviço, com destaque para a co-entrega. O nível coletivo demonstrou deficiências, com apenas um exemplo, e no nível individual não foram identificadas ações nas fases de co-comissionamento e co-design.

Também foram identificados exemplos das quatro formas de coprodução na educação descritas por Pestoff (2012) bem como a nova modalidade proposta por Soares e Farias (2019). O processo de coprodução envolvendo a participação de pais e familiares nos processos educacionais mostrou-se pouco efetivo. Durante as entrevistas com alunos e colaboradores da escola, foi relatado um distanciamento dos pais em relação à escola. Apesar dos resultados pouco promissores obtidos na análise da participação dos genitores e responsáveis, observou-se uma boa participação de atores externos, que oferecem diversas atividades em prol do desenvolvimento pessoal e pedagógico dos estudantes.

A pesquisa destacou a importância da relação entre a escola e a comunidade. Além disso, foram apresentadas três perspectivas para avaliar as ações de coprodução identificadas: participação dos usuários, envolvimento da comunidade e postura da instituição. Essas perspectivas podem ser úteis para analisar outras situações de coprodução em serviços públicos. A pesquisa também aplicou tipologias e formas de coprodução propostas por outros autores, permitindo uma análise mais aprofundada das ações de coprodução na escola estudada. Isso ajuda a categorizar as ações, facilitando a comparação e o compartilhamento de experiências entre diferentes estudos.

É importante salientar que a pesquisa foi conduzida em uma única instituição de ensino, o que pode restringir a generalização dos resultados. Além disso, a pesquisa se limitou a uma análise pontual, não permitindo a avaliação da evolução da coprodução ao longo do tempo. A abordagem adotada foi qualitativa/exploratória, o que pode ter dificultado a compreensão dos aspectos mais quantitativos. Também é importante ressaltar que a insuficiência de informações fornecidas pelos pais e responsáveis pode ter prejudicado a compreensão dos resultados obtidos. Outro fator a considerar é que a quantidade reduzida de entrevistados entre alunos e professores pode não configurar uma amostra representativa da realidade da escola.

Como agenda, recomenda-se a realização de pesquisas comparativas em outras instituições de ensino, a fim de avaliar em que medida a coprodução é adotada nos serviços públicos educacionais e analisar como as diferentes formas de coprodução podem influenciar a qualidade e efetividade desses serviços. Somado a isso, pesquisas futuras podem examinar os efeitos da coprodução no desempenho acadêmico dos alunos, bem como na redução da evasão

escolar. É importante também identificar as barreiras e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino ao implementar a coprodução e buscar soluções para superá-los.

REFERÊNCIAS

- Alves, M. T. G., Nogueira, M. A., Nogueira, C. M. M., & Resende, T. F. (2013). Family factors and school performance: A multidimensional approach. *Dados*, 56(3), 571–603. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000300004>
- Amann, J., & Sleigh, J. (2021). Too Vulnerable to Involve? Challenges of Engaging Vulnerable Groups in the Co-production of Public Services through Research. *International Journal of Public Administration*, 44(9), 715–727. <https://doi.org/10.1080/01900692.2021.1912089>
- Andersen, S. C., & Nielsen, H. S. (2016). Reading intervention with a growth mindset approach improves children's skills. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 113(43), 12111–12113. <https://doi.org/10.1073/pnas.1607946113>
- Andersen, S. C., Nielsen, H. S., & Thomsen, M. K. (2018). How to increase citizen coproduction: replication and extension of existing research. *International Public Management Journal*, 23(5), 696–712. <https://doi.org/10.1080/10967494.2018.1518851>
- Azevedo, R. R. de, Cardoso, R. L., Cunha, A. S. M. da, & Wampler, B. (2022). O orçamento participativo e a dinâmica orçamentária no setor público. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 16(34), e193141. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2022.193141>
- Bednarska-Olejniczak, D., Olejniczak, J., & Klímová, V. (2021). Grants for Local Community Initiatives as a Way to Increase Public Participation of Inhabitants of Rural Areas. *Agriculture*, 11(11), 1060. <https://doi.org/10.3390/agriculture11111060>
- Bittle, B. B. (2022). Sharing Power to Improve Population Health: Participatory Budgeting and Policy Making. *Journal of Public Health Management and Practice*, 28(4), S143–S150. <https://doi.org/10.1097/phh.0000000000001484>
- Boddison, A., & Soan, S. (2022). The Coproduction illusion: considering the relative success rates and efficiency rates of securing an Education, Health and Care plan when requested by families or education professionals. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 22(2), 91–104. <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12545>
- Bovaird, T. (2007). Beyond engagement and participation: User and community coproduction of public services. *Public Administration Review*, 67(5), 846–860. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2007.00773.x>
- Bovaird, T., & Loeffler, E. (2013). We 're all in this together: User and community coproduction of public. *Making Sense Of the Future: Do We Need a Model of Public Services*, 39(October).
- Bovaird, T., Loeffler, E., Yates, S., Van Ryzin, G., & Alford, J. (2021). International survey evidence on user and community co-delivery of prevention activities relevant to public services and outcomes. *Public Management Review*. <https://doi.org/10.1080/14719037.2021.1991665>
- Brandsen, T., & Honingh, M. (2016). Distinguishing Different Types of Coproduction: A Conceptual Analysis Based on the Classical Definitions. *Public Administration Review*, 76(3), 427–435. <https://doi.org/10.1111/puar.12465>
- Cepiku, D., Giordano, F., Bovaird, T., & Loeffler, E. (2021). New development: Managing the Covid-19 pandemic—from a hospital-centred model of care to a community co-production approach. *Public Money & Management*, 41(1), 77–80. <https://doi.org/10.1080/09540962.2020.1821445>
- Edelmann, N., & Mergel, I. (2021). Co-Production of Digital Public Services in Austrian Public Administrations. *Administrative Sciences*, 11(1), 22.

- <https://doi.org/10.3390/admsci11010022>
- Gazley, B., LaFontant, C., & Cheng, Y. (2020). Does Coproduction of Public Services Support Government's Social Equity Goals? The Case of U.S. State Parks. *Public Administration Review*, 80(3), 349–359. <https://doi.org/10.1111/puar.13161>
- Gomes, A. O., & Moura, W. J. F. de. (2018). O conceito de coprodução de serviços: proposta de aplicação no Judiciário brasileiro. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(3), 469–785. <https://doi.org/10.1590/1679-395162832>
- Hall, J. L., Zavattaro, S. M., Battaglio, R. P., & Hail, M. W. (2020). Global Reflection, Conceptual Exploration, and Evidentiary Assimilation: Covid-19 Viewpoint Symposium Introduction. *Public Administration Review*, 80(4), 590–594. <https://doi.org/10.1111/puar.13261>
- Hue, T. H. H., & Tung-Wen Sun, M. (2022). Democratic Governance: Examining the Influence of Citizen Participation on Local Government Performance in Vietnam. *International Journal of Public Administration*, 45(1), 4–22. <https://doi.org/10.1080/01900692.2021.1939713>
- Islahi, F., & Nasrin, N. (2022). Exploring The Potential of Non-Formal Education for The Development of Human Capital in India. *Journal of Nonformal Education*, 8(1), 1–11. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.15294/jne.v8i1.34549>
- Loeffler, E., & Bovaird, T. (2020). Assessing the impact of co-production on pathways to outcomes in public services: the case of policing and criminal justice. *International Public Management Journal*, 23(2), 205–223. <https://doi.org/10.1080/10967494.2019.1668895>
- Manes-Rossi, F., Brusca, I., Orelli, R. L., Lorson, P. C., & Haustein, E. (2021). Features and drivers of citizen participation: Insights from participatory budgeting in three European cities. *Public Management Review*. <https://doi.org/10.1080/14719037.2021.1963821>
- Martínez, J. E. M., & Valverde- Viesca, K. (2022). Scope and Limits of Community Inclusion: Participatory Budgeting in the Santo Domingo Neighborhood of Mexico City. *American Behavioral Scientist*, 0(0), 1–13. <https://doi.org/10.1177/00027642221086959>
- McMullin, C. (2023). Individual, Group, and Collective Co-production: The Role of Public Value Conceptions in Shaping Co-production Practices. *Administration & Society*, 55(2), 239–263. <https://doi.org/10.1177/00953997221131790>
- Meijer, A. (2016). Coproduction as a structural transformation of the public sector. *International Journal of Public Sector Management*, 29(6), 1–25. <https://doi.org/10.1108/09513558199500001>
- Moraes Armesto, L., & Paiva Gonçalves Bispo, P. (2022). O papel da escola na sociedade contemporânea: formação baseada em valores e o ideário dos saberes. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218*, 3(1), e311069. <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i1.1069>
- Nabatchi, T., Sancino, A., & Sicilia, M. (2017). Varieties of Participation in Public Services: The Who, When, and What of Coproduction. *Public Administration Review*, 77(5), 766–776. <https://doi.org/10.1111/puar.12765>
- Norton, M. J. (2021). Co-Production within Child and Adolescent Mental Health: A Systematic Review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(22), 11897. <https://doi.org/10.3390/ijerph182211897>
- Ostrom, E. (1996). Crossing the great divide: Coproduction, synergy, and development. *World Development*, 24(6), 1073–1087. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(96\)00023-X](https://doi.org/10.1016/0305-750X(96)00023-X)
- Parks, R. B., Baker, P. C., Kiser, L., Oakerson, R., Ostrom, E., Ostrom, V., Percy, S. L., Vandivort, M. B., Whitaker, G. P., & Wilson, R. (1981). Consumers as coproducers of public services: some economic and institutional considerations. *Policy Studies Journal*, 9(7), 1001–1011. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.1981.tb01208.x>
- Percy, S. L. (1978). Conceptualizing and Measuring Citizen Co-Production of Community

- Safety*. *Policy Studies Journal*, 7(s1), 486–493. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.1978.tb01797.x>
- Pestoff, V. (2006). Citizens and co-production of welfare services. Childcare in eight European countries. *Public Management Review*, 8(4), 503–519. <https://doi.org/10.1080/14719030601022882>
- Pestoff, V. (2012). Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and Evidence. *Voluntas*, 23(4), 1102–1118. <https://doi.org/10.1007/s11266-012-9308-7>
- Rêgo, M. C. B., Teixeira, J. A., & Silva Filho, A. I. da. (2019). Os efeitos da coprodução nos resultados da conciliação judicial: a percepção da sociedade sobre um serviço inovador. *Revista de Administração Pública*, 53(1), 124–149. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170230>
- Ryan, B. (2012). Co-production: Option or Obligation? *Australian Journal of Public Administration*, 71(3), 314–324. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8500.2012.00780.x>
- Scupola, A., & Mergel, I. (2022). Co-production in digital transformation of public administration and public value creation: The case of Denmark. *Government Information Quarterly*, 39(1). <https://doi.org/10.1016/j.giq.2021.101650>
- Sicilia, M., Guarini, E., Sancino, A., Andreani, M., & Ruffini, R. (2016). Public services management and co-production in multi-level governance settings. *International Review of Administrative Sciences*, 82(1), 8–27. <https://doi.org/10.1177/0020852314566008>
- Sicilia, M., Sancino, A., Nabatchi, T., & Guarini, E. (2019). Facilitating co-production in public services: management implications from a systematic literature review. *Public Money and Management*, 39(4), 233–240. <https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1592904>
- Soares, G. F., & Farias, J. S. (2019). Com quem a escola pode contar? A coprodução do Ensino Fundamental público por familiares de estudantes. *Revista de Administração Pública*, 53(2), 310–330. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170301>
- Tu, X. (2022). Exploring coproduction process and outcomes in public service delivery: A systematic review. *Social Work and Social Welfare*, 4(1), 185–196. <https://doi.org/10.25082/SWSW.2022.01.003>
- Usher, S., & Denis, J. L. (2022). Network-building by community actors to develop capacities for coproduction of health services following reforms: A case study. *Health Expectations*, 1–12. <https://doi.org/10.1111/hex.13491>
- Williams, B. N., LePere-Schloop, M., Silk, P. D., & Hebdon, A. (2016). The co-production of campus safety and security: a case study at the University of Georgia. *International Review of Administrative Sciences*, 82(1), 110–130. <https://doi.org/10.1177/0020852315573157>
- Zou, Y., & Zhao, W. (2022). Neighbourhood governance during the Covid-19 lockdown in Hangzhou: coproduction based on digital technologies. *Public Management Review*, 24(12), 1914–1932. <https://doi.org/10.1080/14719037.2021.1945666>